



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 4 de Outubro de 2004 (05.10)  
(OR. en)**

**12887/04**

**COPEN 116  
EJN 63  
EUROJUST 84**

**NOTA DE ENVIO**

---

de: Anastassis PAPALIGOURAS, Ministro da Justiça da República Helénica  
data de recepção: 29 de Setembro de 2004  
para: Hans G. NILSSON, Chefe de Divisão da Cooperação Judiciária, DG H III,  
Secretariado-Geral do Conselho

---

Assunto: Notificações nos termos da Decisão-Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002  
relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os  
Estados-Membros

---

Tendo a Lei grega n.º 3251/2004 implementado a decisão-quadro relativa ao mandado de detenção europeu, a Grécia gostaria de fazer as seguintes notificações:

N.º 3 do artigo 6.º

A autoridade judiciária competente para receber o mandado de detenção europeu é

- a) o Procurador Público junto do Tribunal de Segunda Instância em cujo território se encontra a pessoa procurada;
- b) o Procurador Público junto do Tribunal de Segunda Instância de Atenas, se o paradeiro da pessoa procurada for desconhecido.

A autoridade judiciária competente para executar o mandado de detenção europeu é o Presidente do Tribunal de Segunda Instância, se a pessoa detida consentir em ser entregue, e o Conselho Judicial do Tribunal de Segunda Instância, se a pessoa detida não consentir em ser entregue.

N.º 2 do artigo 7.º

A autoridade central designada para assistir as autoridades judiciárias competentes é o Ministério da Justiça.

N.º 2 do artigo 25.º

A autoridade responsável pela recepção dos pedidos de trânsito e dos documentos necessários é o Procurador Público junto do Tribunal de Segunda Instância de Atenas.

(fórmula de cortesia)

(assinado) Anastassis PAPALIGOURAS

---